



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 06 / 08

Data da Sessão: 14 de Novembro de 2008

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 19.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

----- Aos 14 dias do mês de Novembro do ano de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** – APROVAR (SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO) A CONVER-SÃO DA AMBM – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO MONDEGO EM COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM); -----

-----**PONTO DOIS** – APROVAR (SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO) OS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM);----

-----**PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO PROJECTO DE ÂMBITO DO QCAIII – “E.M. 335-1 - ENTRE ARAZEDE E VOLTA DA TOCHA”; -----

-----**PONTO QUATRO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 2ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO ORÇAMENTO DE 2008;--

-----**PONTO CINCO** – REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM) – PONTO DA SITUAÇÃO ACTUAL.-----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) de-clarou aberta a Sessão às 16 horas. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, José de Oliveira e Sousa, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**SUBSTITUIÇÕES**: - Os Membros João Paulo Cardoso Rosado Maurício, Olímpio Varela Baía e o PJF do Seixo pediram a sua substituição, respectivamente, por Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo e José de Oliveira e Sousa. -----

-----**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - Membros: João Paulo Cardoso Rosado Maurício, Olímpio Varela Baía e PJF do Seixo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

-----**Presenças dos Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Gois. -----

-----O PMAM usou da palavra dizendo: "Boa tarde a todos. Verificada a existência de quórum, vamos dar início à nossa reunião Extraordinária da AM. Apresento os meus cumprimentos aos Membros da MAM, ao PCM, aos Vereadores, a todos os Membros da AM, aos PFJ, à nossa colaboradora Neiva e público em geral. Uma palavra para os 3 Membros que vêm substituir os efectivos, impossibilitados de estarem presentes por diversos motivos. Desejo a todos uma excelente reunião, cuja Ordem de Trabalhos é constituída por 5 pontos". -----

-----**PONTO UM – APROVAR (SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO) A CONVERSÃO DA AMBM – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO MONDEGO EM --COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM);**-----

-----O Membro Fernando Ramos (PS) pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos os presentes. Permitam-me que apresente 2 ou 3 pontos prévios e, depois, a MAM, o PCM ou quem ele entender, poderão clarificar aquilo que vou dizer.-----

-----Entendo que este parêntesis que aparece a na convocatória poderia ter razão de ser. Li com atenção a Lei nº 45/2008 e pela interpretação que faço admito, perfeitamente, que seja o Executivo Municipal que pertence a uma Associação de Municípios que a queira converter numa Comunidade Intermunicipal (CI). Ao fazer isso, necessariamente que a CI tem que ter um estatuto, previsto no ponto dois da referida lei e se quanto à substância o PS não tem nada a opor, gostaria de alertar para que a MAM fizesse a acta de acordo com o entendimento jurídico correcto. Se os Estatutos da CI do Baixo Mondego (CIBM) são uma competência desta AM iremos perfeitamente fazer isso. O Executivo poderia manter a AMBM e criar, também, a CI, mas o que nos está aqui a dizer é que não faz sentido termos, numa mesma unidade territorial, uma Associação específica e uma CI. Aceita-se que não se acabe com a AMBM e ela se transforme para não ter de se fazer um processo de liquidação, provavelmente moroso e, portanto, percebo que o Executivo tenha toda a legitimidade e toda a capacidade para fazer esta proposta que o PS, como já referi, está disponível para aprovar. ---

-----O Membro Jorge Camarneiro (CDU) pediu a palavra e disse: “A minha saudação para todos os presentes. Para mim, é estranho voltar a surgir outra vez uma questão ligada ao associativismo intermunicipal a nível do Baixo Mondego. Já tivemos, durante anos, um “defunto” chamado Área Metropolitana, já tivemos uma Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras que depois foi extinta e voltou a formar-se como AMBM e agora temos a sua conversão e isto parece-me uma manifestação da completa perda de noção dos nossos governantes relativamente àquilo que querem para a organização regional dos Municípios e do nosso País. Não tiveram a coragem de assumir uma posição frontal e correcta por alturas do referendo sobre a Regionalização - por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

interesses partidários o PSD esteve contra, quando uma boa parte do PSD achava que devia ser ao contrário; o PS aparece aqui também sem saber exactamente o que é que queria, inventando pretextos para estar a favor, mas com alguns contra. Tenho imensa pena dos Autarcas, embora eles sejam dessas maiorias e também têm a sua responsabilidade, que padecem transformados nuns moços de recados, a fazer e a refazer estatutos, a trazer e a levar moções, alterações, conversões e reconversões. Vou votar contra esta reconversão, contra a constituição duma nova associação, contra esta parvoíce, porque não se passa disto. Isto é uma idiotice chapada de quem não tem coragem de chamar as coisas pelos nomes. Não traz mais democracia, porque reduz o número de participantes por AM, não traz mais democracia ao órgão que se vai criar, é um faz de conta de democraticidade, mantendo as coisas tal qual como estavam e já me começa a aborrecer com o tempo que isto faz perder. Viemos hoje aqui, quase propositadamente, para discutir esta coisa sem importância, a não ser pelo facto de terem inventado que só é possível participar no futuro QCA, se ele chegar a surgir, se se constituir uma CI. Parece-me, por outro lado, que hão-de inventar outros pretextos para fazer coincidir a distribuição das verbas com o período eleitoral que se avizinha”. ----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “ Boa tarde a todos os presentes. Esta adaptação e reconversão da AMBM em CIBM deriva da alteração da Lei e não posso deixar de mostrar a minha indignação, já que com tudo isto desperdiçámos 2 anos de recursos do QREN e agora a solução é trabalhar célere e de maneira precisa. O nosso Grupo vai votar favoravelmente esta questão ciente de que é o caminho a seguir porque”. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Muito boa tarde a todos. Este primeiro e o segundo ponto da OT, estão na origem do pedido de convocatória desta reunião e insere-se numa leitura mais abrangente numa problemática que está espelhada nas 3 intervenções realizadas anteriormente e que cria alguma perplexidade sobre o processamento e percurso com os quais os Órgãos Autárquicos Municipais vêm a ser confrontados nos últimos 18 meses. Gostava de fazer, talvez uma pequena reflexão para que possamos compreender, embora com factores subjectivos, o andamento que as coisas tiveram nestes 18 meses. Quando foi criada a AMBM, no dia 9 de Novembro de 2007, estava em vigor determinada legislação e existiam diversos tipos de estruturas associativas intermunicipais, nomeadamente a Grande Área Metropolitana de Coimbra (GAMC) que, até hoje, não foi liquidada. É importante que se perceba que a GAMC era uma Associação de fins múltiplos e que, de acordo com a legislação em vigor, não permitia a criação de outras associações com os mesmos fins múltiplos que integrassem os Municípios que já participavam nessa mesma associação. Por isso, ao abrigo da legislação em vigor, só poderíamos criar associações intermunicipais de fins específicos e quando ela foi criada, pressupunha-se que tal seria o passaporte privilegiado da contratualização de fundos comunitários ao abrigo do PO Regional. Acontece que, em Agosto do corrente ano, a Lei nº 45/2008 veio trazer um novo ordenamento territorial e regras para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

associativismo intermunicipal, impedindo a tudo o que estava constituído no último ano, diria que a 70% das Associações Intermunicipais, a possibilidade prioritária de virem a assinar as contratualizações das subvenções do PO Regional respectivo apenas porque eram associações de fins específicos e tinham que ser transformadas em associações de fins múltiplos. Aqui põe-se, então, a questão de como fazer. Depois de algumas consultas realizadas e com base na lei referida conseguimos perceber como fazer e, assim, respondo um pouco à questão do Membro Fernando Ramos remetendo, sobretudo, para o documento anexo, proveniente da Secretaria de Estado da Administração Local, em que se faz uma interpretação que nos serve perfeitamente e que veio permitir uma interpretação, depois consubstanciada por um parecer dos serviços jurídicos da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, de que bastava que a AI deliberasse a conversão automática, definindo e decidindo sobre os activos e passivos dessa mesma instituição e, que remetesse a sua decisão para aprovação, por maioria, às respectivas AM dos Municípios associados. Assim, a AI reuniu e, por unanimidade, aprovou a conversão automática e imediata da AMBM na CIBM e, ao aprovar esta conversão imediata, remetia pura e simplesmente para as AM. O Presidente da AG da AI remeteu aos respectivos PCM e estes assumiram, por consenso, apresentar a situação aos respectivos Executivos e, posteriormente, às AM. Penso que houve aqui um passo que podia ser desnecessário, pois as deliberações tomadas poderiam ter vindo directamente para o PMAM e a AM tem competência para aprovar a conversão porque foi ela que aprovou a formação da anterior associação. Agora, ao aprovar nas formas e nos contextos que o Secretário de Estado apresenta, faz-se, em simultâneo, algo que o próprio Executivo defende e que passa por extinguir a anterior associação, criando uma nova, sem processos de liquidação, porque eles são automáticos. Entenderam todos os Municípios da territorialidade do NUTIII do Baixo Mondego, proceder assim, mas não era obrigatório porque os próprios Executivos Municipais tinham dado já o seu parecer. A Lei, publicada a 27 de Agosto, diz no seu articulado que temos 90 dias para proceder em conformidade, e é o que estamos aqui hoje a fazer que é reconverter e, ao mesmo tempo, aprovar os novos estatutos. Se aplicarmos a contagem destes 90 dias ao dia 1 de Setembro de 2008, que é o primeiro dia útil após a publicação da Lei, este prazo a 30 de Novembro e o primeiro dia útil é o dia 2 de Dezembro. Para além disso, está previsto que após a maioria das AM ter aprovado a reconversão os novos estatutos serão remetidos para publicação em Diário da República e nos 30 dias subsequentes a essa publicação proceder-se-á à eleição dos representantes das AM, na proporcionalidade da representatividade do número de eleitores, sufragados por votação directa dos membros eleitos directamente neste Órgão. Assim, a nova Assembleia Intermunicipal passa a ser constituída por 54 elementos e o Conselho Executivo, que substitui o actual Conselho Directivo, passa a funcionar com os 10 PCM, sendo eleitos entre eles um presidente e de dois vice-presidentes. Toda esta situação atrasou todo o processo e isso foi sintomático nas intervenções de 2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

dos Grupos desta AM e da nossa parte, bem como dos responsáveis do QREN Regional há todo o interesse na emergência da assinatura das contratualizações, porque elas estão preparadas e acordadas em termos de valores e de princípios desde Setembro. No final desse mês já tínhamos chegado a acordo com o QREN Regional sobre a forma como iam ser partilhadas as verbas e, de lá para cá, temos vindo a aguardar por esta assinatura. Existe, pois, um conjunto de datas extremamente apertadas para que, dentro do quadro legal em vigor, se cumpram os pressupostos das eleições dos órgãos novos e ao mesmo tempo que haja competência para assinatura de documentos que permitam o compromisso de ultimação e agilização dos instrumentos do QREN Regional. Sobre a questão colocada pelo Membro Fernando Ramos e para elucidar cabalmente a situação, solicito à Directora de Departamento que preste os esclarecimentos julgados convenientes.

----- A Directora de Departamento usou da palavra e disse: “Na AI da AMBM concluiu-se que podia não parecer muito simpático que fosse a AI a remeter, directamente, às AM um documento, sem ter passado pelo Executivo. Então, por consenso, decidiu-se, considerando que a Lei é confusa, que embora desnecessário o documento passaria pelo Executivo que o aprovava ou tomava conhecimento e viria à AM já com o aval do próprio Executivo. Foi a essa a razão porque assim foi feito, porque a Lei apenas exige que os estatutos sejam aprovados pela maioria das AM que, neste caso, seriam 6, para que o processo tenha o devido seguimento. A aprovação dos estatutos consubstancia a Instituição – CIM – já que a conversão se operou no âmbito da própria AI. A questão da conversão foi muito complicada, já que na Lei 45/2008 há imensa lacuna. Quando vi o projecto deparei-me com o problema da AMBM que tanto trabalho tinha dado a criar, converter-se em associação de direito privado e sem que pudesse existir acesso ao QREN. Depois com as discussões, concluímos que a norma transitória do artigo 38º tem lá 2 palavras que, se lá não estivessem, não criavam quaisquer problemas – ao referir CI de fins gerais, obrigava a AMBM a ficar de fora. Quando se criou a AMBM e se extinguiu a AMBMG, estabeleci alguns contactos com o Tribunal de Contas (TC) sobre esse assunto, tentando saber se valia a pena mantê-la ou extingui-la. Na altura já sabíamos que a NUT iria ter estes 10 Municípios e, portanto, teríamos sempre que vir a alterar os estatutos mas ficávamos com uma Associação que tinham incumprimentos perante o TC pois não tinha existido prestações de contas e o próprio Coordenador Geral do TC apontou para essa solução ou seja, extinguir a que estava, fechar contas, apresentar os relatórios finais, remeter as contas que faltavam e criar uma Associação nova. Como o PCM já referiu, a intenção era criar uma Associação de fins gerais, mas tal não era possível porque Montemor-o-Velho e a maior parte dos Municípios faziam parte da GAM e a Lei nº 11 impedia que fizessem parte de 2 Associações de fins múltiplos, logo tivemos de criar uma Associação de fins específicos. O que estava previsto era que as Associações de Municípios que correspondessem à NUTT, iriam imediatamente converter-se em CIM, mas a lei publicada vem com a redacção de que “as AM e as CI têm fins gerais” e, assim, nós

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

que já éramos uma CIM de fins específicos, ao abrigo da Lei nº 11, vimo-nos obrigados a rever a situação. Tal redacção criou um problema a nível nacional, nós somos dos poucos que correspondíamos à NUTT e a maior parte andaram agora a alterar o seu território e nós não temos pessoal, passivo ou activo a não ser as cotas. Todas as outras Associações, para se adaptarem a esta Lei, estão com muitos problemas com o pessoal, como distribuir os activos e os passivos e as cautelas que tentaram ter e que foram programadas para hoje não darem problemas esbarram nas surpresas que esta Lei nº 45 veio trazer”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 01; -----

----- Abstencões - 0;-----

----- Votos a favor – 31. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

-----**PONTO DOIS** – APROVAR (SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO) OS ESTATUTOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO MONDEGO (CIM-BM); -----

-----O Membro Fernando Ramos pediu a palavra e disse: “Quanto ao estatuto em si, como o PCM já adiantou, é a transcrição da Lei e, portanto, está de acordo com o que é estipulado, mas não quero deixar de referir que me apraz registar o facto de a sede ser em Montemor-o-Velho, a provar que, quando nós queremos, as coisas acontecem”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 01; -----

----- Abstencões - 0;-----

----- Votos a favor – 31. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

-----**PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO PROJECTO DE ÂMBITO DO QCAIII – “E.M. 335-1 - ENTRE ARAZEDE E VOLTA DA TOCHA”; -----

-----O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos. Nesta questão específica, para a nossa decisão, tivemos em conta 2 pontos: o facto de, até ao final deste ano, serem as últimas oportunidades de recorrer a fundos comunitários no âmbito do QCA III e a natureza da obra que vem suprir uma necessidade sentida pela população e aumentar a sua qualidade de vida. Face a estes pressupostos o Grupo do PS decidiu votar favoravelmente, manifestando, uma vez a nossa preocupação com a situação financeira da CMMV. O PCM como economista de formação, terá até melhor consciência do que nós sobre o impacto que a situação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

actual financeira pode ter para o futuro da Autarquia, por isso deixamos aqui a nossa preocupação e, também a nossa expectativa em relação a que medidas é que serão tomadas para controlar a situação”. -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Algumas notas para a que a AM esteja perfeitamente esclarecida nesta votação. Esta situação resulta dum protocolo que foi assinado, entre a CMMV e Estradas de Portugal (EP), para a entrega do troço compreendido entre o nó da A14 e o limite do concelho de Montemor-o-Velho com Cantanhede e que previa, precisamente como contra partida a melhoria das condições de acessibilidade da EN 335-1, entre a Volta da Tocha e a rotunda dos Gordos, como primeira fase, sendo a segunda a ligação das Faíscas à mesma rotunda com passagem superior sobre a Linha da Beira Alta e a respectiva reconversão de toda a zona hoje existente. Este projecto foi apontado para um financiamento de 600 mil euros que equivaleria a 50% da obra e, daí termos dividido o próprio projecto em 2 fases. Uma que foi estudada para este montante e cuja obra estará concluída no final do corrente mês, faltando, apenas, a sinalização horizontal e vertical e até final do corrente ano terão de ser concluídas todas as circunstâncias de re-financiamento da obra. Havia, então, dois cenários claros em cima da mesa: o primeiro era avançarmos com o protocolo e, de acordo com a legislação, teríamos 50% do Fundo Comunitário e para os outros 50%, de acordo com o legislado, poderíamos recorrer a um empréstimo até 75% do valor remanescente, não contando para a taxa de endividamento municipal, sendo aquele assumido por capitais próprios da Autarquia. A questão que se põe tem a ver com esta tramitação, de acordo com o que a legislação pressupõe, que era levar à CMMV para autorizar a abertura do concurso do empréstimo, ouvindo as agências bancárias interessadas e, depois dessa decisão trazer à AM para aprovar essa mesma proposta. Mas não se esgota aqui o processo que tem ainda 2 passos - um deles já está a decorrer e tem a ver com o parecer que a Direcção-Geral da Administração Local tem que emitir e que à partida se nos afigura facilitada e outra que é a aprovação do TC. A questão a ter em conta é o factor temporal de modo a tudo estar disponibilizado até 31 de Dezembro e, assim, ficando aprovado hoje este empréstimo vamos aguardar pelos pareceres da DGAL e do TC. Sendo eles positivos, procederemos de imediato ao pedido de envio das verbas respeitantes ao Fundo Comunitário que, em simultâneo, com a verba do empréstimo e com os capitais próprios da Autarquia permitam a solvência imediata de todo o projecto com o respectivo recibo. Se esta situação, por qualquer motivo, não for contemplada pelos eventuais pareceres positivos, a situação aí ultrapassável pois na contratualização que temos prevista e que está à integrada na CIM-BM, uma das verbas lá previstas diz respeito à reconversão de toda a EN 335-1, incluindo a construção da ciclovia e a passagem superior, sem falarmos do tabuleiro, porque esse tem uma candidatura muito específica e a ligação à rotunda dos Gordos. Em termos concretos, estamos a aprovar algo, de acordo com a legislação, ficamos à espera dos pareceres referidos e só depois deles pareceres é que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

a agilização deste empréstimo será feita. Gostava de explicar isto, porque é da minha competência, de um PCM que não arriscará nada porque isso tem a ver com as competências e com o cumprimento ou não dessas mesmas competências e hoje estão a aprovar uma coisa que ainda vai ter 2 pareceres da DGAL e do TC. Muitas vezes, as pessoas esquecem-se que, hoje, a CMMV, independentemente de tudo, é uma empresa em que o crescimento do factor de custos, comparado com o do ano passado, foi pouco superior a 2,3%, com um decréscimo superior a 6,5% na aquisição de serviços e nos custos de estrutura e 60% a 65% são custos com pessoal, cujo custo de actualização, independentemente de estar abaixo do custo da inflação, significa que estamos com custo zero. No entanto, e face a tudo isto existe um deficit que é provocado pela diminuição das receitas e por aquilo que foi aqui votado e que tem a ver com o decréscimo de receitas, sobretudo com o desaparecimento da derrama. Como o IMT tem crescido exponencialmente no sentido inverso, temos 400 mil euros abaixo daquilo que estava previsto que iremos compensar possivelmente até ao final do ano, mas é preciso ter isto em atenção: as estruturas mantêm-se, as receitas estão em queda e estão em queda por factores que dependem do movimento económico da sociedade. Esta questão é delicada, mas reiterando, novamente, esta questão do empréstimo posso chegar aqui em Dezembro e dizer que o empréstimo que a AM aprovou não foi utilizado porque teve o parecer negativo do Tribunal de Contas”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0-----

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO QUATRO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 2ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO ORÇAMENTO DE 2008;--**

-----O PCM pediu a palavra e disse: “A questão é muito simples: esta revisão visa, fundamentalmente, uma intervenção no sistema de captação e tratamento de água à Etar de Tentúgal. A qualidade da água, nesta zona, tem-se mostrado deficiente e os residentes daquela zona têm levantado algumas situações que pensamos poderem vir a ser corrigidas, nomeadamente no que diz respeito à sua agressividade. Estamos a falar de excesso de calcário e da necessidade de uma redução das taxas de ferro e magnésio e, para isso, é necessário realizar um conjunto de investimentos que são de algum significado financeiro. Assim, trata-se da inclusão de uma rubrica, no Plano de Actividades e Orçamento (PAO) de 2008, com dotação respeitante ao concurso que vai ter de ser realizado para concluir a intervenção correctiva nos níveis e nos índices da qualidade da água que, como sabem, não abastece apenas Tentúgal, mas também as Meãs, Carapinheira e até

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14***

junto da rotunda do Rosmaninhal. Pergunta-se onde se foram buscar verbas para estas dotações? Como verificaram, não aumentámos o Orçamento mas fizemos uma transferência da dotação que estava apensa ao CAR, Centro de Alto Rendimento, que como sabem os concursos a ele referentes só agora vão ser lançados e a repercussão financeira só vai entrar em 2009 e, portanto, havia verbas disponíveis. Já agora aproveito para dizer claramente que era fácil, neste momento, trazer aqui uma revisão, em baixa, do Orçamento actual, porque possui verbas a mais, com base nas expectativas criadas com o CAR e cuja demora do lançamento dessas propostas trouxe a hipótese de cortarmos entre 2 a 4 milhões de euros. Tal viria a ter uma operacionalidade do ponto de vista político, de subir a taxa de execução de 2008 mas não o quis fazer por uma questão de transparência e, por isso, escusam de vir dizer que ela foi só de 51 quando podia ser de 55 ou 58 se optássemos por essa solução, e com 5 meses de antecedência estou a dizer que depois escusam de vir com esses argumentos”.-----

----- O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “Os meus cumprimentos para todos os presentes. Relativamente à proposta de alteração apresentada, independente daquele que foi o voto do PS no PAO, consideramos que a água é um bem essencial a que todos os cidadãos devem ter acesso. Um direito de que todos devem usufruir, a um preço justo e equilibrado e, digo isto porque esta é uma situação que, obviamente, a AM, com esta ou com outra composição, terá que discutir no âmbito municipal. Dizemos um direito para usufruir, mas também um dever de cada um preservar, nomeadamente, a sua qualidade e daí a importância de todos termos consciência ambiental em não a poluir. Estamos a falar em tirar da água para dar à água, entenda-se tirar do CAR, esperando de alguma forma que não venha a ter reflexos negativos nos objectivos de 2010 e, referimos aqui a sensibilidade do PS para o CAR, uma ideia sua na altura com outra denominação - Pista de Remo – e agora uma bandeira do PSD que continua a merecer o apoio do Governo do PS. Tal medida justifica-se para permitir o investimento na captação e distribuição de água na rede de Tentúgal, sendo de todos conhecida a necessidade desta intervenção que, eventualmente, só peca por tardia, dado o mau estado da rede e da qualidade da água. Daí que, naturalmente, votaremos favoravelmente esta proposta”.-----

----- O Membro Mário Pardal (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Penso que mais do falar em pistas e Governos do PS, devemos falar em Governos da Nação, no CAR, sediado em Montemor-o-Velho e na preocupação, constante, que este Executivo e o anterior colocaram em negociar esta infra-estrutura. Por outro lado o PCM teve o cuidado de informar de que não haverá qualquer tipo de problemas, já que esta verba está disponível no orçamento e permitirá um contributo muito positivo para a saúde pública e a qualidade da água, cada vez, mais numa sociedade moderna é uma questão a ter em conta no dia-a-dia. Portanto o Grupo da CMNR vai votar favoravelmente esta questão e penso que já é tempo de nos deixarmos nestas ideias peregrinas de pistas ou obras do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

partido A ou B porque o PCM quando ganhou as eleições passou a ser o Presidente de todos os Montemorenses”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas para referir que não me afecta nada esta alteração que é apenas uma questão técnica e não mais do que isso. Mas, já agora gostava de responder a 2 situações: a primeira para esclarecer que a Pista de Remo, CAR ou como o queiram chamar, não é ideia do PS - é iniciativa duma Direcção da Associação Fernão Mendes Pinto, que transmitiu, na altura, ainda ao Presidente Carraco, mais tarde, ao Presidente Antunes e, posteriormente, num volte-face radicalíssimo ao Presidente Leal e portanto, deixem-se dessas ideias que aquilo é do PS ou do PSD. Finalmente para dizer ao Membro Mário Pardal de que essa vontade que tem de passar a ter o Presidente de todos os Montemorenses há-de lhe sair caro, porque não há-de conseguir e, por isso, é melhor desistir já para não andar nesta coisa a vida toda”. -----

-----O PCM pediu de novo palavra e disse: “Antes de mais, reafirmar, claramente, que esta proposta é, de facto, uma questão apenas técnica e não tem repercussões no futuro. Sinceramente o que me preocupa é que este projecto já devia estar em funcionamento e o resto são apenas comentários mas é importante e necessário que aquela obra em 2010 receba o Campeonato da Europa de Remo e outras iniciativas, já programadas para os 2 anos consequentes, contando que estejamos cá todos, não interessa em que situação nem em que posição”. -----

-----Não havendo intervenções passou de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: ---

----- Votos contra - 0-----

----- Abstencões – 0;-----

----- Votos a favor – 34.-----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO CINCO – REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM) – PONTO DA SITUAÇÃO ACTUAL.**-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Se me permitem, antes de entrar neste ponto, e como estamos numa reunião de AM Extraordinária que apenas se cinge ao previsto na OT, com a permissão do PMAM, queria apresentar-vos e também ao Executivo Municipal, a Dr^a Ana Paula Telles, nova juíza do Agrupamento de Julgados de Paz de Cantanhede, Montemor-o-Velho e Mira, que desde já cumprimento e agradeço a sua presença e o Alferes Eurico Nogueira, novo Comandante do Destacamento do Posto da GNR de Montemor-o-Velho e que chegará dentro de instantes.-----

----- Voltando à OT, pedi para agendar este ponto sobre o PDM porque estava prevista uma reunião com a Comissão Permanente da Assembleia Municipal (CPAM), para o próximo dia 21 de Novembro, mas julgo que é muito mais adequado fazer uma apresentação a todos, apresentação que não visa fechar um ciclo, mas que concluiu a 3^a fase da preparação da revisão do PDM. Permitam-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

me que refira que este é um projecto dinâmico e a apresentação pode merecer o contributo, não só momentâneo, mas posterior de qualquer um dos Membros da AM ou do Executivo, sendo esta a proposta que vamos enviar à Comissão de Acompanhamento e às Entidades com responsabilidade nesta matéria. Esta é uma proposta que não é a situação final, resulta de muito trabalho da equipa de projecto, da equipa política e, também, de muitas das pretensas vontades que de forma aberta e transparente a maioria dos munícipes fez chegar através das vias normalizadas na discussão deste documento. Assim, dou a palavra ao Engenheiro António José Cardoso, que é um dos principais responsáveis pelo trabalho que tem vindo a ser feito com a equipa mista, não só externa como interna e a quem peço que na sua apresentação seja claro para que, eventualmente, algumas das questões que ainda possam subsistir sejam, à vontade, propostas e apresentadas”. -----

O Engenheiro José Cardoso usou da palavra e disse: “Os meus cumprimentos para todos os presentes. Começo por vos dizer que, apesar de já ter acompanhado muitos processos semelhantes, não tenho memória de nenhuma situação em que tantos Municípios tenham participado no processo, digamos que no início do processo, pois ainda só estávamos a iniciar a revisão do PDM. Lembro que foi deliberado pelo Executivo Municipal de que esse procedimento, embora tivesse um calendário bem definido, continuaria aberto e, ainda hoje, estão a chegar reclamações, sugestões, contributos de cidadãos sobre esta matéria. Depois há uma Entidade, que tem 34 entidades externas representadas, que acompanha todo este processo e que com as alterações sucessivas da Lei já teve diversos nomes - na ocasião em que foi constituída chamava-se Comissão Mista de Coordenação (CMC). Em 2004 fez-se um concurso para a componente externa da revisão do PDM e iniciou-se a concretização de muitos dos estudos necessários, parte dos quais estão hoje concluídos ou pelo menos em estado suficientemente maduro para não constituírem motivo de atraso na revisão do mesmo, como por exemplo mapa do ruído, carta arqueológica, carta educativa, carta desportiva, carta social, etc. No fim do ano de 2005, foi entregue e analisado no início de 2006, a primeira das 3 fases da revisão do PDM que se designa de Análise e Diagnóstico. Também nessa altura foram iniciados os processos de delimitação de novas cartas da Reserva Agrícola e Ecológica pelos respectivos Serviços Ministeriais. No ano de 2006 e, tendo em conta a apreciação desta tal primeira fase da revisão, decorreram as 2 primeiras reuniões da CMC e, o que é também uma circunstância pouco vulgar, foi recebida a proposta da delimitação, em bruto, da REN elaborada pela CCDRC e da RAN elaborada pela então Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL). Agora, em 2008, existe um novo regime da REN que prevê que seja a CMMV a entidade responsável pela sua delimitação e há ecossistemas, nesta proposta de delimitação em bruto, que foram delimitados pelos serviços internos, designadamente os leitos de cheia em que acabámos por chegar à conclusão que tínhamos mais informação tecnicamente fiável do que propriamente os serviços do Ministério do Ambiente (MA) e, portanto, tudo o que está na proposta da CCDRC sobre a REN no que diz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

respeito a leitos de cheias é da nossa autoria. No âmbito da iniciativa, “Governança de Proximidade - Rota das Freguesias” foram feitas 16 sessões de divulgação nas 14 freguesias e onde as pessoas discutiram acesamente o PDM. Em 2007 foi entregue a segunda fase da revisão que já é, digamos, um esboço do que irá ser o PDM no seu formato final ou seja, da segunda para a terceira fase apenas há que fazer afinações. Foi analisado pela CMMV em 2007 e, na sequência dessa análise, houve a terceira reunião da CMC e em 2008 houve que articular esta proposta de ordenamento com outros instrumentos que são territoriais com a qual ela deve ser compatibilizada designadamente, com o Programa Nacional de Território, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral, o Plano de Ordenamento do Paul de Arzila, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e com os planos do Centro Náutico, do PLIA e da Quinta do Paço. Depois, como a legislação vai mudando a um ritmo alucinante prevê-se a transformação das CMC em Comissões de Acompanhamento (CA), mas prevê a possibilidade dos Planos que estão em marcha manterem o figurino da CMC com pequenos acertos e a CMMV deliberou manter a CMC. Depois de afinarmos a segunda fase da revisão do PDM partirmos, agora, para a terceira e última em que é legal e obrigatório fazer a avaliação ambiental estratégica do PDM e até ao fim do ano iremos lançar a aquisição externa desta matéria que é absolutamente essencial. Temos, neste momento, praticamente em conclusão o caderno de encargos e o programa de concurso, sendo certo que a avaliação ambiental estratégica é algo importante, relevante, obrigatória, resultante de directivas europeias, mas a situação em Portugal, sobre esta matéria, é muito incipiente e alguns Municípios que estão mais adiantados nesta matéria estão a ter algumas dificuldades neste procedimento. Reparem que, muito recentemente, o Município lançou um concurso para esta tarefa e recebeu 18 propostas, em que a mais barata era de 15.000 euros e a mais cara de 140.000 euros, pelo que os concorrentes não deviam estar a falar a mesma linguagem, já que concorrendo ao mesmo concurso, apresentavam esta disparidade de preços. Há países onde esta avaliação ambiental estratégica é quase que um referendo político, mas nós esperamos que não seja isso. -----

Saber quais os objectivos que se prosseguem na revisão do PDM é essencial para que o produto final seja consentâneo com as nossas intenções e as nossas ideias. Eles foram definidos, segundo um conjunto de patamares e de detalhes, sendo certo que se começaram por definir alguns objectivos base e depois outros correspondentes a nível nacional, regionais e locais. Foi necessário agilizar os mecanismos de operacionalização do PDM de modo a ajustar o plano à realidade concelhia, revendo-o à luz dos parâmetros e exigências actuais. -----

-----Por outro lado temos de especificar o modelo estratégico que estabeleça acções para um desenvolvimento equilibrado do Concelho, tendo, de facto, atenção à cartografia que nos dá hoje possibilidades que não havia em 1998, pelo que é imprescindível verificar e ajustar essa cartografia.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14***

Na avaliação que se faz do actual PDM resulta que ele ordena muito pela negativa, pelo lado das proibições, pelo lado da RAN e da REN, mas acaba por ser extremamente permissivo nas áreas rurais que não são abrangidas pelas Reservas. -----

Por outro lado, é primordial que os objectivos de âmbito nacional permitam articular o PDM com todo um manancial de planos até porque depois a sua própria aprovação é muito mais simples - se estiver de acordo com o PROCENTRO e com o Plano Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, nem sequer tem que ir a ratificação pelo Conselho de Ministros, é aprovado em AM, publicado e entra em vigor de imediato. O mesmo acontece a nível regional e sub-regional havendo necessidade de uma articular com os concelhos vizinhos a situação de modo a acelerar todo o processo. Quanto aos objectivos de âmbito local, como o suprimir de deficiências e desactualizações o PDM, em muitas circunstâncias, diz algumas das coisas que podem ser feitas e as que podem ser proibidas, mas depois é omissivo em relação a imensas outras coisas. Se formos prudentes do ponto de vista de interpretação jurídica dir-se-á que só se pode fazer o que está expressamente permitido, mas se formos perscrutar o que passou pela cabeça de quem fez o PDM, diria que tudo o que não é expressamente proibido é permitido, mas isto naturalmente causa perturbações. Um exemplo: o PDM não diz, uma única vez, onde é que pode haver exploração de recursos geológicos; então se aparecer alguém que queira explorar a Praça da República o PDM não proíbe, em princípio não será o dono da Praça e portanto não terá legitimidade para isso, mas temos toda esta dificuldade - não diz onde pode e onde não pode e o novo Plano vai ter que fazer o elenco das coisas possíveis e das coisas interditas.-----

-----É essencial ajustar o PDM em termos urbanos em função do crescimento verificado e previsto numa óptica de contenção procurando limitar o crescimento à custa do preenchimento de áreas intersticiais - ainda temos, nos perímetros urbanos, actualmente em vigor, espaço para que muita gente venha viver para o Concelho e, portanto, deste ponto de vista não será preciso alargá-los desmesuradamente. Por outro lado, também é verdade que os resultados dos Censos oficiais não nos têm sido muito favoráveis porque o Concelho tem perdido alguma população nas últimas décadas e será preciso usar de argumentos muito fortes para tentar convencer as Entidades que acompanham o Plano se há situações em que os perímetros têm que ser alargados, desde logo porque há, inclusivamente, aglomerados urbanos inteiros que não foram delimitados. -----

-----Este objectivo de “ajustar as áreas urbanizadas” resulta da Lei geral, em vigor desde 1999, em que a transformação de solo rural em solo urbano tem carácter excepcional e em que as áreas que se chamavam de urbanizáveis são que o Plano desenha como as que podem passar a urbanas na vigência do Plano, geralmente 10 anos, estão designadas de “espaços cuja urbanização seja possível programar” o que significa que tem que ser feito um esforço de programação dos próprios

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

investimentos municipais que comprovem que a sustentabilidade física demográfica e financeira para infra-estruturar. -----

-----Um outro critério, particularmente apropriado e a que devemos dar atenção, em determinadas zonas do Concelho, será para que os aglomerados não se alonguem, excessivamente, ao longo das vias principais considerando que obriga ao alongamento das infra-estruturas, à transformação dos caminhos em ruas e ao aumento da distância média da casa de cada cidadão aos principais equipamentos urbanos a que ele deve ter acesso. -----

-----Uma outra preocupação que existiu na revisão do PDM, prende-se com a instalação de zonas de lazer e bem-estar públicas, considerando que no que diz respeito a espaços verdes urbanos, existia apenas uma mancha com 18,2 hectares, em Montemor-o-Velho e, neste momento, há espaços propostos em 12 das 14 Freguesias. Sentiu-se, também, por força da política de desenvolvimento dos últimos anos, uma grande necessidade de aumentar a oferta em termos de espaços industriais, logísticos e de localização empresarial até porque se começou a sentir alguma pressão do lado da procura e o PDM tem de estar preparado, com alguma folga, para a ambição de trazer para aqui unidades logísticas e empresariais. Definir áreas de educação turística, implementar um quadro normativo que viabilize o desenvolvimento deste sector; promover o potencial natural do Concelho; estabelecer uma rede viária estruturante; definir as características da ruralidade que tanta nos é grata; identificar os valores patrimoniais, salvaguardar e definir medidas de protecção e de incentivo à conservação e, finalmente, identificar um conjunto de áreas que são alvo de estudos de maior detalhe em função daquilo que se pretende, tornou-se essencial. -----

Refinando um pouco mais os objectivos: enquadrar pólos empresariais; permitir intervenções requalificando os Centros Históricos; definir eixos estruturantes para além dos principais nacionais, designadamente variantes a Arazede e Tentúgal; a ligação da A17 à A14; a variante A341 entre Arzila e Pereira. -----

-----Em termos de classes de espaços também há algumas novidades resultantes da Lei: aquela velha questão de zonas com índice 1,2, zonas com índice 0,5 dependendo da Freguesia em que cada terreno se localiza, vai deixar de ser assim; os aglomerados são de nível 1 a nível 6 e, em função do nível e do desenho em concreto que os aglomerados têm, independentemente de serem na Freguesia a) ou b) é que terão determinados parâmetros de ocupação. -----

-----Podemos dizer que estamos todos os dias a ser enganados, porque temos 189 hectares de espaço urbano, dos quais só não estão condicionados pela RAN e ou pela REN 92,2%, ou seja temos 7,8 % do território que é urbano, mas não dá para construir de forma imediata e, no espaço urbanizável a coisa também não é totalmente limpa, porque dos 248 hectares que temos, neste momento, só 95,9% é que não estão condicionados, por uma das Reservas e, quando uma das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

classes mais predominantes é a agro-silvícola, a verdade, mais uma vez, é que só 52,8% dessa classe é que não é RAN nem REN. -----

-----Depois, tivemos, como é evidente, dúvidas e problemas que discutimos, designadamente, com a equipa externa. Vejamos, por exemplo, esta questão: temos um Plano onde é possível construir fora das muralhas, fora do espaço urbano mas agora, por força duma Lei nacional que diz “a edificabilidade no solo rural tem carácter excepcional, a transformação do rural em urbano tem carácter excepcional”, não o poderemos fazer, o que quer dizer que nos estão a fechar a possibilidade de construir fora das muralhas e esse é mais um argumento para alargar um a área entre as muralhas. Pergunta-se: como compensar a redução de capacidade edificatória que resulta do carácter excepcional da edificação nos solos rurais, ou seja nos não urbanos? Depois há sítios que estão classificados por espaço urbano pelo actual PDM, mas que nós dizemos que “estes nem daqui a 1000 anos estão em condições para serem ocupados”, e é uma hipocrisia manter aqueles terrenos em espaços urbanos como, por exemplo, zonas com 40% de inclinação do terreno. Ora bem, mas o artigo 143 do Decreto-Lei nº 380/99, diz que este tipo de situação pode dar azo a indemnização e, portanto aí manda mais o PCM que não estará disposto a que espaço fique de fora pois não quererá, mais tarde, ter de indemnizar quem quer que seja. Portanto temos que ponderar esta situação de aceitar ou não a redução dos perímetros urbanos. Como digo, é uma situação muito pontual e para quem conhece o território são sítios onde não se justificaria que se mantivessem os perímetros urbanos. Agora, uma coisa é certa, as tendências herdadas que temos no território são bastante pesadas e um desenho muito bonito que vai acabar com elas. Sabemos, por exemplo, que o povoamento das freguesias de Arazede e de Liceia é disperso por natureza e as pessoas têm as suas explorações pecuárias, afastadas umas das outras. Para obviar a certos problemas andámos a tentar agarrar pequenos perímetros urbanos sempre que havia um conjunto de casas e anexos e a equipa do PDM achava que isso não podia ser, mas nós dissemos “você acham que não pode ser, mas quem vai gerir o Plano somos nós e queremos que estes aglomerados sejam, efectivamente, classificados como urbanos, até porque são pessoas que, do ponto de vista de IMI pagam imposto urbano”, porque muitos desses prédios são prédios mistos ou até todos urbanos”. Portanto há que fazer uma ligação entre o fisco, a fiscalidade imobiliária e o próprio Plano.-----

-----Na definição de estratégias, temos que ser ambiciosos por todas estas razões que acabei de mencionar, temos que racionalizar os parâmetros urbanísticos, garantir a qualidade urbanística, na suspensão de áreas de localização empresarial e marcação de infra-estruturas e equipamentos estruturais.-----

-----Em termos de quantidade, não vou apresentar freguesia a freguesia, mas sim os dados globais: tínhamos 1908 hectares de solo urbano e agora temos 3740,5 ha portanto é de facto uma proposta ambiciosa; no urbanizável passámos de 262,5 ha para 488,7 ha. Nas zonas verdes, só

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

existiam, em Montemor-o-Velho, 18,2 ha, compreendida entre os Anjos, o leito abandonado do rio e a Cooperativa Agrícola, de grosso modo e, agora, como vêm há espaços urbanos verdes em quase todas as freguesias, à excepção do Seixo, Gatões e Vila Nova da Barca, pois são freguesia onde há muitas zonas urbanas e fruição da natureza independentemente de haver zonas dentro de perímetros urbanos com essas características e, portanto passamos de 18,2 ha para 380,3 ha de solos de estrutura ecológico urbano. Isto tudo somado dá neste momento 2188,7 hectares de solos dentro do perímetro urbano com uma proposta de passar para 4609,5 ha o que significa aumentar 2,11 vezes. As recordistas de variações são Liceia, Tentúgal, depois temos aumentos muito grandes em Gatões, Arazede, Santo Varão e Vila Nova da Barca, Meãs é a freguesia onde o perímetro é menos ambicioso em termos de proposta pois o actual perímetro é uma imensidão, a Ereira terá um aumento de 24% porque tem limitações territoriais, a Carapinheira está bastante folgada em termos de perímetro, o mesmo acontecendo em Seixo e em Verride.-----

-----Para perceber a dificuldade que estas propostas têm de serem justificadas, temos de pensar que o Concelho perdeu, de 1991 para 2001, quase mil habitantes, o que complica a situação relativamente à densidade populacional que está a baixar de forma considerável. -----

-----Relativamente ao trabalho da responsabilidade do Ministério do Ambiente, no caso da REN e do Ministério da Agricultura no caso da RAN, podemos verificar que a REN tem grandes discrepâncias em relação ao trabalho anterior e precisa de ser muito corrigido, enquanto a RAN quase se mantém, notando-se a preocupação em proteger, cada vez mais, as linhas de água, mas a RAN em vigor e a proposta são praticamente equivalentes, o que significa que temos, claramente, esta percepção no dia-a-dia da gestão urbanística. E é tudo. Obrigado”. -----

-----O PMAM perguntou aos Membros da AM se pretendiam mais algum esclarecimento do Director de Departamento, José Cardoso, o que não se verificou, pelo que agradeceu a sua presença.

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Antes de terminar esta reunião da AM e com autorização do PMAM, gostava de deixar, ainda, algumas notas: primeira – há pouco referi que estaria connosco o Alferes Eurico Nogueira, mas tal não vai ser possível devido a ter sido chamado para uma intervenção urgente; Segunda - no próximo Domingo, a partir das 15 horas, na freguesia de Tentúgal, numa promoção conjunta entre o Governo Civil de Coimbra, a CMMV e a JF de Tentúgal terá lugar uma iniciativa que se prende com o Dia da Memória, dedicado à memória das vítimas rodoviárias que é um flagelo nacional e também municipal pois, a nível distrital, somos o quarto Concelho com maior sinistralidade e este é um dos indicadores que deveríamos contrariar e diminuir, não tendo problemas nenhuns em estar na cauda do conjunto dos 17 Municípios que constituem o Distrito. Em relação a esta iniciativa convido todos os presentes a estarem, por volta das 15 horas, junto ao Posto de Abastecimento de Combustíveis de Tentúgal, onde se realizará um simulacro de acidente, situação que pode ocorrer em qualquer altura naquela estrada, já que aos fins

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14

de semana é dos locais mais procurados, onde muitas vezes e por questões de índole comercial se vê a prevaricação das regras do trânsito e do código da estrada que ali são amiúde praticadas e que põem em causa a salvaguarda de pessoas e bens. Às 16 horas haverá uma cerimónia no Salão da Junta de Freguesia.-----

----- Se o PMAM me permite e aproveitando a presença de todos, solicito à Dr^a Juíza Ana Paula Telles para se apresentar e, ao mesmo tempo, promover o trabalho dos Julgados de Paz. No entanto, deixem-me, desde já, referir, por aquilo que já tive a oportunidade de conversar com a Dr^a Ana Paula, da grande satisfação que senti pelo empenho manifestado para desenvolver esta estratégia dos Julgado de Paz e dizer-lhe que todos estes Membros da AM e Executivo Municipal são essenciais para um contacto próximo com as populações, mas há, sem sombra de dúvida, aqui 14 homens que são parceiros privilegiados dessa intercomunicabilidade e que são os PJF, com quem iremos amrcar uma reunião para mais facilmente podermos vir a falar sobre a temática”. -----

----- O PMAM usou da palavra e disse: “Em meu nome e em nome da AM quero apresentar-lhe os meus cumprimentos, agradecer a sua presença e dizer-lhe que é uma honra tê-la presente, sabedores que vai colocar o melhor do seu saber na defesa da justiça. Manifesto, também, os nossos desejos no sentido da realização de um bom trabalho e na obtenção dos melhores êxitos profissionais. É uma missão nobre mas ingrata e difícil, mas sei que com o seu querer e a sua determinação vai conseguir. Boa sorte”. -----

----- Foi dada a palavra à Dr^a Juíza Ana Paula que disse: “Em primeiro lugar, gostava de apresentar os meus cumprimentos a todos os presentes, agradecer ao PMAM os votos que me endereçou e não queria, de forma alguma, estar a maçá-los depois da agenda prolongada que tiveram durante esta tarde. Gostaria de dizer que os Julgados de Paz pretendem servir os cidadãos de todo este Concelho, falo concretamente aqui e estamos receptivos a qualquer tipo de perguntas, de solicitações e até de críticas porque elas, também, são salutares. Quanto a mim, um dos princípios mais importantes é o da proximidade com o cidadão e, portanto, muito embora respeitando a presença dos Advogados que são elementos fundamentais para se exercer a justiça, há cidadãos que, efectivamente, não têm a possibilidade económica para o fazerem e terão acesso da mesma forma à justiça. Depois, gostaria de chamar a atenção para os encargos com as custas, porque são, evidentemente, muito mais baixas. O meu propósito neste agrupamento de Concelhos, nomeadamente em Montemor, é dar o meu máximo possível, sempre agradecendo a todas as pessoas que aqui estão e me deram esta oportunidade, considerando que é para mim um privilégio e uma honra estar aqui presente, desde já disponibilizando todas as minhas potencialidades e tudo o que for necessário. Se houver alguma pergunta estarão à vontade, mas como normalmente as pessoas não gostam muito de direito e não quero ser maçadora ficaríamos para outra oportunidade. Relativamente aos PFJ que são, realmente, as pessoas que mais próximas dos seus cidadãos e de os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Extraordinária de 2008.Novembro.14***

poder encaminhar para o Julgado de Paz, abriria essa possibilidade de fazermos uma reunião, sendo certo que estarei sempre disponível para os receber e ouvir as sugestões e propostas. Muito obrigada a todos”.- -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas pretendo transmitir, também, os meus votos sinceros de boas-vindas, aproveitar para desejar que a sua missão tenha os êxitos que definiu e que contribua para um melhor acesso à justiça. Sabemos que, hoje, a justiça é cada vez mais inacessível às pessoas mais desprotegidas e, de facto, os Julgados de Paz podem ter essa vantagem relativamente à justiça tradicional que passa, realmente, pelo acesso facilitado a quem nada pode. São estes os meus votos”. -----

----- Todos os pontos presentes a esta Sessão, foram aprovados por unanimidade e em minuta, para efeitos imediatos. -----

----- Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 19 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos